



Posicionamento da Corrente Proletária na Educação/POR diante das Convenções das Oposições, na APEOESP e no SINPEEM

Camaradas, as Convenções eleitorais das oposições dos dois sindicatos mais importantes da Educação em São Paulo estão se dando quase simultaneamente, da APEOESP (estaduais) e SINPEEM (municipais de SP). Os dois processos têm aspectos em comum, mas têm também as suas particularidades. Sabe-se que há uma interrelação entre os processos, ou seja, o que se passa na APEOESP influencia o debate no SINPEEM, e vice-versa. Disso tudo decorre a decisão da Corrente Proletária na Educação de tratar das duas Convenções em um único documento.

I. Aspectos em comum

1. As duas realidades, estadual e municipal, estão condicionadas e expressam fatores internacionais e nacionais, embora os pesos e combinações específicas possam apresentar diferenças. O ponto de partida comum está na crise estrutural do capitalismo. As forças produtivas se encontram em choque com as relações monopolistas de produção, e com as fronteiras nacionais. O capitalismo se encontra em sua fase última, imperialista, período de guerras, revoluções e contrarrevoluções. A crise de superprodução se apresenta na forma de explosões cíclicas, cada vez mais amplas e agudas. Prevalece a tendência geral de decomposição econômico-social. O capitalismo não pode apresentar qualquer saída progressiva para a humanidade. Cada incremento das forças produtivas, mesmo contido, acaba se voltando contra a humanidade, na medida que potencializa a criação de uma massa imensa de riquezas que não pode realizar-se. A especulação financeira vai às alturas, gerando abalos e quebras, a exemplo dos casos recentes do Silicon Valley Bank, do Signature Bank, Credit Suisse e outros. O capital procura desesperadamente meios de se valorizar, e avança ferozmente sobre o trabalho, ampliando a exploração e a opressão, em suas múltiplas formas. Aumenta a importância das disputas por mercados, matérias-primas e outros aspectos cruciais para a sobrevivência dos capitalistas. O fenômeno da anarquia da produção se mostra com toda clareza. Uma das suas formas é a guerra comercial, envolvendo principalmente os Estados Unidos e a China. Aquele busca cercar e impedir o quanto pode o crescimento desta, mesmo que isso atice ainda mais as tendências bélicas no mundo, com as alianças que já existem e as que ainda podem se firmar, e mesmo que economicamente se saiba o risco da quebra

do gigante chinês. A cada vez mais acirrada interdependência dos mercados e capitais, algo típico da época imperialista, converte-se em fator de expansão e contaminação da crise, arrastando conglomerados, países e regiões inteiras do globo para o precipício. A guerra na Ucrânia é uma expressão e a confirmação mais cristalina desses elementos. A Rússia restauracionista foi impelida a se defender diante da ameaça dos EUA/OTAN. A Ucrânia, nesse sentido, foi e está sendo usada como bucha de canhão do imperialismo. Simultaneamente, os russos se viram na contingência de fazer da Ucrânia um escudo, empregando, para isso, de meios e métodos de opressão nacional, particularmente com a anexação de territórios. Por sua dimensão e gravidade, esse conflito ameaça a ultrapassar as fronteiras da própria Ucrânia e, com isso, transformar-se em uma conflagração de proporções inimagináveis, podendo se constituir no estopim para uma terceira guerra mundial. E não se trata de alarmismo, as tendências do conflito atual indicam claramente essa possibilidade.

Proposta de resolução:

Defendemos a superação revolucionária do capitalismo, através dos métodos da luta de classes, que devem conduzir à revolução e ditadura proletárias, como única forma de salvar a humanidade da barbárie. No momento, coloca-se em primeiro plano a luta pelo fim da guerra, levantando as bandeiras de liquidação da OTAN, fim das bases militares do imperialismo na Europa e no mundo, não às sanções econômico-financeiras à Rússia, pela retirada das tropas russas da Ucrânia, em defesa da autodeterminação e integralidade territorial da Ucrânia, por uma paz sem os ditames dos EUA/OTAN e sem anexações. Somente a classe operária ucraniana, russa e de todos os países, unidos com base no programa classista e revolucionário, encabeçando o levante em cada país e internacionalmente, poderá pôr fim à guerra e combater as tendências bélicas e destrutivas em geral do capitalismo.

2. Em toda a parte, os explorados resistem como podem às investidas da burguesia e de seus governos. A luta de classe vai se acirrando. De um lado, as explosões espontâneas das massas vão se tornando cada vez mais frequentes, em que pese a interrupção parcial ou o atraso provocado pela Pandemia, e cada vez mais violentas, como tes-

temunham os levantes no Peru e na França. De outro lado, as tendências direitistas são recrudescidas em toda a parte. O reformismo e o centrismo, de sua parte, vão se colocando como obstáculo para que as massas completem a sua experiência com o Estado burguês e com o capitalismo, desviando os levantes instintivos para o campo da democracia burguesa e da conciliação de classes, com os métodos do eleitoralismo, da pressão parlamentar, da confiança na Justiça burguesa e outros caminhos que só têm levado os oprimidos a derrotas. O corporativismo e o burocratismo das direções sindicais e políticas anulam o papel que deveriam jogar os organismos das massas, que seria o de unificar, potencializar e organizar os enfrentamentos, transformando o caráter instintivo das manifestações em ação coletiva consciente, em ação classista e revolucionária. Deu-se um enorme retrocesso político, ideológico e organizativo, provocado pelo estalinismo contrarrevolucionário, com a degeneração burocrática do partido bolchevique, do Estado operário russo e da III Internacional, tragédia que se espalhou para muito além da própria URSS, onde foi concluído o processo restauracionista, conformando na atualidade um Estado burguês; retrocesso causado também pela socialdemocracia e pela incapacidade de a IV Internacional, fundada por Trotsky em oposição à degeneração burocrática da Internacional Comunista, de se soldar à classe operária em cada seção e de forjar o programa, a partir da aplicação do método marxista na análise de cada país – à exceção do POR boliviano que, porém, foi completamente isolado internacionalmente pelas correntes revisionistas.

■ **Proposta de resolução:**

O problema número um da humanidade no momento é a crise de direção revolucionária. As condições objetivas estão mais do que maduras, na verdade, começam a apodrecer. O atraso nas condições subjetivas, com a ausência do partido mundial da revolução socialista e dos partidos-programa enraizados na classe operária em cada país e região, coloca-se como principal obstáculo a ser superado. O que só pode se dar intervindo na realidade, partindo das necessidades históricas mais profundas e levando em consideração o nível de consciência das massas, fazendo a ponte entre as bandeiras mais elementares dos oprimidos com o programa de expropriação revolucionária da burguesia, o programa socialista. Daí a importância dos sindicatos como instrumentos auxiliares na luta pela revolução. Daí também o combate pela preservação e retomada dos princípios da independência de classe e da democracia operária. A Corrente Proletária na Educação defende a superação da crise de direção a partir da reconstrução da IV Internacional, pois entende que os seus fundamentos, princípios e métodos permanecem vigentes. No Brasil, essa tarefa se desdobra na construção do Partido Operário Revolucionário.

3. No Brasil, o governo burguês de frente ampla de Lula/PT foi eleito num processo fortemente polarizado, arrastando milhões de explorados na defesa de uma ou outra candidatura, do petista ou do ultradireitista Bolsonaro, alimentando as ilusões na democracia burguesa. Certamente, o petismo não é idêntico ao reacionarismo bolsonarista, mas ambos possuem em comum o fundamento de classe burguês. Ou seja, representam frações e interesses de camadas diferentes do capital, no entanto, se igualam na defesa da sacrossanta propriedade privada dos meios de produção, na preservação dos interesses gerais do imperialismo e na submissão às instituições da burguesia/oligarquias. Prova disso é que, apesar da verbosidade e das promessas, o certo é que o governo Lula já

declarou que não pretende alterar os alicerces das contrarreformas aprovadas durante os governos Temer e Bolsonaro, principalmente a trabalhista, a previdenciária, a Lei do Teto de Gastos, a Lei da Terceirização e o Novo Ensino Médio/BNCC, que são medidas reacionárias e que compõem justamente o cerne, o conteúdo do golpe de Estado de 2016, que defenestrou a presidente Dilma Rousseff, do PT. O salário mínimo decretado por Lula também é de miséria. A tentativa de constituir uma posição de relativa independência frente ao conflito na Ucrânia, com a pretensão de compor um bloco neutro para a negociação da paz, fracassou. Lula, bem como representantes de outros países latino-americanos atrasados, como a Argentina, foram obrigados a adotar a caracterização que responsabiliza unilateralmente a Rússia pelo início do conflito, o que implica uma posição de submissão. Esse último aspecto, inclusive, nos obriga a responder tanto à arbitrariedade e arrogância do imperialismo, como a fraqueza do governo de frente ampla com a consigna de constituição de uma frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária e que permita erguer o enfrentamento pelo fim da guerra em cada país, estabelecendo a conexão dessa bandeira com a exigência às direções para que convoquem um Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos, salários e direitos, pela revogação integral de todas as contrarreformas, e em defesa da educação e saúde públicas.

■ **Proposta de resolução:**

A Corrente Proletária na Educação/POR defende a constituição de uma poderosa oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla de Lula. Enfrentar as tendências direitistas e fascistas da burguesia com a mobilização classista dos oprimidos, sob a direção da classe operária. Pela independência política e organizativa dos organismos de massa dos oprimidos, principalmente dos sindicatos e centrais sindicais. Que as direções convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, como ponto de partida de uma verdadeira jornada, que possa culminar criando as condições para uma greve geral. Um Dia Nacional de Luta em defesa dos empregos, salários e direitos, e pela revogação das contrarreformas. Um Dia Nacional de Luta para pôr abaixo a terceirização e todas as formas de precarização, em defesa da estabilidade no emprego. Um Dia Nacional de Luta que se coloque pela bandeira de fim do desemprego, com aplicação da escala móvel das horas de trabalho, e por um salário mínimo vital, a ser calculado pelas assembleias e que, para nós não pode ser inferior ao salário mínimo do DIEESE, hoje por volta dos R\$ 6.500, com reajuste automático. Um Dia Nacional de Luta que permita unificar os trabalhadores e a juventude oprimida de todo o país, mobilizando os da ativa e os aposentados, os empregados e desempregados/subempregados, efetivos e contratados/terceirizados, enfim, constituindo uma poderosa frente única em defesa das reivindicações e dos métodos próprios do proletariado, os métodos da ação direta (greves, piquetes, ocupações etc.).

4. Em comum ainda existe o fato de que Tarcísio de Freitas/Republicanos e Ricardo Nunes/MDB são governo burgueses, de características direitistas, repressivas e privatistas. Expressam a combinação dos setores mais reacionários da burguesia e oligarquias. Tarcísio, eleito na cola do então presidente Bolsonaro, já demonstrou a que veio, com uma truculência enorme, através do avanço na privatização da Sabesp e no tratamento destinado à greve dos metroviários. Na mesma linha, Nunes tem avançado, por exemplo, na mercantilização da Educação, com a expan-

são do ensino a distância (EaD) e das unidades conveniadas. Diante da mobilização dos trabalhadores em Educação contra mais uma rodada da contrarreforma da previdência municipal, e contra a aplicação de pontos da contrarreforma administrativa, o prefeito se mostrou repressivo. Repressão, aliás, que continua ceifando vidas dos jovens, especialmente nos bairros operários. A PM se utiliza de um discurso de guerra às drogas para efetuar um verdadeiro massacre, atingindo como alvo mais frequente os jovens negros. E são múltiplas as formas de violência que recaem sobre a cabeça dos explorados - nessa faixa etária com mais virulência: são milhões de jovens "nemenem", isto é, sem trabalhar e sem estudar; o aliciamento do tráfico; a fome etc.

■ **Proposta de resolução:**

Derrotar os governos burgueses, direitistas e privatistas de Tarcísio e Nunes com a força da mobilização coletiva, massiva e unitária. Nenhuma privatização! Reestabelecer as empresas que foram entregues aos capitalistas, sem pagar indenização, e sob controle dos trabalhadores. Em defesa dos serviços e dos servidores públicos. Não à transformação dos salários em subsídios. Fim da terceirização e de todas as formas de precarização do trabalho, nenhuma retirada de direitos! Estabilidade no emprego para todos. Abaixo o confisco sobre os aposentados, pela revogação das reformas previdenciárias. Pela reposição de todas as perdas e por aumento real dos salários. Pela diminuição da jornada de trabalho, sem redução dos salários. Pelo fim das odiosas discriminações sobre negros, mulheres, LGBTQs, migrantes etc., combatendo a raiz de toda a opressão atacando suas raízes de classe. Trabalho igual, salário igual. Nenhum jovem sem trabalho, nenhum jovem fora da escola. 4h na produção social e o restante para estudo e lazer.

5. Na questão educacional também há aspectos coincidentes entre Tarcísio e Nunes. Estão ambos, no que se refere ao ensino, sob a orientação ditada desde o MEC e, mais acima deste, dos organismos internacionais, como o Banco Mundial e outros mecanismos à serviço do imperialismo. Aplicam a linha determinada pelos grandes monopólios do setor. Por isso, suas políticas estão voltadas ao acirramento da precarização/destruição da Educação pública, dentro da lógica de enxugamento do orçamento estatal, tendo em vista a necessidade de preservar o parasitismo do capital financeiro, particularmente em relação à extorsiva dívida pública. Por essas razões, a Educação no estado e no município manifesta o estágio de decomposição do ensino, reflexo da desagregação geral do sistema capitalista. A crise educacional não é uma crise de modelo, de projeto ou de financiamento, embora possamos encontrar na realidade traços de cada um desses aspectos. Não! A raiz da falência do ensino é mais profunda, encontra-se na separação ente teoria e prática, entre sujeito e objeto do conhecimento. A propriedade privada dos meios de produção não pode permitir um genuíno entroncamento entre ciência e produção social, pois isso potencializaria ainda mais as forças produtivas, num contexto de crise de

superprodução. Formas concretas dessa decomposição do ensino podem ser encontradas, por exemplo, na ausência de condições para atender os alunos com deficiência; na expansão da excrescência do capitalismo, que é o EaD; também no ensino de tempo integral, que prejudica aos trabalhadores da Educação, com o fechamento de salas e turnos, e aos estudantes, uma vez que tal fechamento, especialmente na EJA, acaba levando à expulsão do aluno-trabalhador, que depende do noturno; outra forma concreta que expressa o fenômeno da decomposição é o avanço da terceirização, da militarização e do controle ideológico ("Escola Sem Partido"), entre outras formas. O "Novo Ensino Médio" e a Base Nacional Comum Curricular têm sido confrontados pelo ódio instintivo de trabalhadores e estudantes. O aumento paulatino do peso dos chamados "itinerários formativos" leva à admissão de disciplinas absurdas, como "brigadeiro caseiro", "RPG" etc., algo que já se converteu em escândalo diante da opinião pública. Mesmo que na rede municipal haja pouquíssimas unidades de ensino médio, a contrarreforma educacional se faz presente também, na medida em que traz consigo todas as medidas mencionadas anteriormente (EaD, ensino de tempo integral, "flexibilização curricular" e outras). Na base e mesclado com todos esses elementos encontra-se o processo de mercantilização/privatização, revelando a impossibilidade de coexistência harmoniosa entre o público e o privado. A Educação convertendo-se em mercadoria, precisa avançar e abocanhar fatias e setores do público, seguindo a lógica expansionista do capital.

■ **Proposta de resolução:**

Por um sistema único de ensino público, gratuito, para todos e em todos os níveis, laico, vinculado à produção social e sob controle de quem estuda e trabalha. Abaixo a privatização e a precarização do ensino. Pela estatização, sem indenização, de toda a rede privada de ensino. Não ao EaD, ao ensino de tempo integral e à terceirização. Pela revogação imediata e na íntegra do Novo Ensino Médio/BNCC. Nenhum fechamento de sala/turno/escola, e reabertura de todas as salas fechadas. Em defesa da EJA. Máximo de 25 alunos por sala. Pela melhoria das condições de trabalho e da situação física das escolas. Que sejam oferecidas todas as condições e o apoio necessários para o atendimento aos alunos com deficiência. Que o Estado financie integralmente a Educação, de acordo com um plano decidido pelos que estudam e trabalham, em suas assembleias.

6. Na questão sindical também existem muitas semelhanças entre estado e município. Ambos os sindicatos, APEO-ESP e SINPEEM, assim como a AFUSE, dos funcionários estaduais, são dirigidos por burocracias, que aplicam uma política de conciliação de classe, preservam-se por meios autoritários e se colocam como freios à luta dos trabalhadores das duas redes. Servem de correia de transmissão dos interesses da classe dominante no seio dos trabalhadores. E ao lado do fenômeno da burocratização, encontra-se o da estatização dos sindicatos, que compromete profundamente a independência de classe das nossas entida-

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**



des. Neste momento, a direção da APEOESP, seguindo a linha traçada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), ambas direções ligadas à corrente majoritária no movimento sindical do país, que é a Articulação Sindical/PT – além de seus satélites, como o PCdoB – estão totalmente empenhadas em blindar o governo de Lula. A direção do SINPEEM, nas mãos do caudilho Cláudio Fonseca, um político do direitista partido CIDADANIA, não possui política idêntica à ArtSind/PT, possui pontos de atrito com o reformismo petista – o próprio Fonseca vem do PCdoB, tendo rompido com essa organização justamente por chocar com a Prefeitura na época do governo Marta Suplicy (à época, no PT). Porém, a direção do SINPEEM não destoia da linha de blindagem do governo, só que numa situação mais grave, porque o CIDADANIA do Cláudio Fonseca é base do ultradireitista e bolsonarista Tarcísio, tal como foi base do Doria, Kassab etc. O atrelamento do sindicato, devido à política de sua direção, também é uma marca da burocracia que encabeça o maior sindicatos dos municipais. Ainda no que se refere à questão sindical, vale mencionar outro aspecto comum entre as duas esferas (estado-prefeitura): as oposições, dirigidas majoritariamente por corrente do PSOL, há anos aplica uma política que não se diferencia em essência da linha ditada pelas direções, que é uma linha de conciliação de classes, de imobilismo. Durante a Pandemia, por exemplo, ficaram debaixo do mesmo guarda-chuva do “fica em casa” e da “greve pela vida”, quando foram suspensas as assembleias presenciais, substituídas pelas virtuais – o mesmo valendo para as demais instâncias, como REs e Conselhos - fechando os sindicatos para a luta dos trabalhadores, num momento em que estes mais precisavam, dado que, durante a Pandemia, os governos e a burguesia se aproveitaram para retirar direitos e descarregar o ônus da crise econômica sobre os explorados de conjunto. Não por acaso, foi justamente nesse período que foram aprovadas as contrarreformas administrativas nas duas esferas. As oposições, portanto, colaboraram, à sua maneira, com as direções nesse fechamento/paralisa dos sindicatos. Depois, seguiram com essa política colaboracionista na medida em que auxiliaram a desviar o descontentamento crescente dos trabalhadores e da juventude para o campo da disputa eleitoral – principalmente diante dos atos da chamada Campanha Fora Bolsonaro, e depois no próprio processo eleitoral. A Corrente Proletária na Educação/POR, ao contrário, trabalhou e trabalha para formar frações revolucionárias, que se guiam pelo programa do proletariado, no seio dos sindicatos da Educação.

■ **Proposta de resolução:**

Em defesa dos princípios da independência de classe e da democracia operária. Nenhum atrelamento político-organizativo dos organismos de massa dos explorados a governo nenhum da burguesia. Abaixo o governismo! Abaixo o corporativismo! Que a APEOESP e o SINPEEM convoquem as suas assembleias e demais instâncias presenciais, abandonando o antidemocrático e desmobilizador método de reuniões virtuais. Que as oposições abandonem a política conciliadora em relação às burocracias e se coloquem de fato no campo da independência de classe. Unificar todos os lutadores em frentes opositoristas, para derrotar e varrer as burocracias sindicais apodrecidas. Formar as frações revolucionárias no interior dos sindicatos, federações, confederações, movimentos e centrais.

■ **II. Particularidades dos estaduais e municipais**

Embora iguais em essência, os governos Tarcísio e Nunes possuem suas diferenças. Tarcísio representa de forma mais fiel o ultradireitismo e o obscurantismo bolsonarista; Nunes espelha mais o fisiologismo típico do chamado “centrão”. O próprio Prefeito enriqueceu através da relação promíscua entre o poder público e o empresariado, mais especificamente com a dita “máfia das creches”. Mas as diferenças mais significativas entre estado e prefeitura se encontram na questão sindical. Isso, porque a conjuntura, nesse terreno, está marcada por uma virada histórica da oposição ligada ao PSOL na APEOESP. Mais do que uma “virada”, uma capitulação mesmo. Sob o pretexto furado da “luta contra o fascismo”, debandaram quase todas para dentro da Chapa 1, da chapa da ArtSind/PT e PCdoB. Na verdade, esse movimento foi desenhado na Campanha Fora Bolsonaro e nas eleições burguesas. O PSOL está dentro do governo Lula, são governistas e estão juntos na tarefa de blindar o governo. E as consequências dessa traição são nefastas. Só para citar um exemplo: a subsede da Lapa, entre outras que poderiam ser mencionadas, que está há cerca de três décadas nas mãos da oposição, será entregue – em se confirmando a hegemonia desse setor – de mão beijada para a burocracia sindical. Com a debandada dos psolistas, a tarefa de combater a burocracia autoritária ficará muito mais difícil. Já no SINPEEM, esse risco não está colocado de forma direta, isto é, não há nenhuma indicação de uma debandada da oposição para dentro da chapa do Cláudio Fonseca. Porém, a tentativa de imprimir uma política governista, de blindagem ao governo do PT/Lula é explícita. O que é feito, contraditoriamente, jurando obediência ao princípio da independência de classe. Uma forma em que aparece esse desvio é a formulação de que a vitória eleitoral sobre Bolsonaro teria sido uma “vitória dos trabalhadores”, ou que teria trazido uma suposta facilitação no sentido da organização dos trabalhadores – o que é falso, pois, apesar dos traços fascizantes de Temer e Bolsonaro, houve possibilidade de mobilizar os explorados, o que de fato se deu, mas de forma espontânea, como nos atos em protesto contra o assassinato de George Floyd, nos atos da Campanha Fora Bolsonaro etc., inclusive contra a orientação das direções sindicais, que não queriam luta nenhuma, pois estava sob a política do “fica em casa” e só queriam desgastar eleitoralmente o presidente ultradireitista. Em suma, se é verdade que a oposição/SINPEEM não debandou para dentro da chapa situacionista, como se deu na oposição/APEOESP, isso não quer dizer que esteja livre das pressões do governismo e da política de conciliação de classes.

■ **Proposta de resolução:**

Que as oposições, tanto da APEOESP quanto do SINPEEM, abandonem a defesa do governismo e se coloquem de fato no campo da oposição, fortalecendo uma posição classista, de independência política e organizativa dos sindicatos, e no campo da democracia operária. Que se formem chapas de oposição a partir das Convenções, preservando a ampla liberdade de crítica entre as correntes e militantes independentes, mas que se concentrem na tarefa de derrotar as burocracias sindicais – que é uma condição para que as lutas das respectivas categorias possam, inclusive, se unificar (hoje são mantidas isoladas uma da outra por conta da política corporativista de ambas as direções), mas sobretudo, como condição para avançar nos métodos de luta, fundamental para arrancar dos governos as reivindicações dos trabalhadores.